



## **CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS**

### **ATA DA REUNIÃO DO DIA VINTE E NOVE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS**

Ao vigésimo nono dia do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às 9h52, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, no auditório do Parque Tecnológico da UFRJ, sob a presidência da Professora Denise Maria Guimarães Freire. Estavam presentes à Sessão o Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa... a Superintendente Acadêmica de Pesquisa Ariane Roder, os Conselheiros Docentes representantes dos Centros Universitários: Linduino Jose Pitombeira de Oliveira (CLA), Ethel Pinheiro Santana (CLA), Juliana Beatriz Almeida de Souza (CFCH), Fabricio Leal de Oliveira (CCJE), Kátia Vergetti Bloch (CCS) e Verônica Maria Araújo Calado (CT). Os representantes dos discentes: Natália Silva Trindade e Isadora Silva Barcellos. As representantes do Campus Duque de Caxias, Juliany Cola Fernandes Rodrigues e Luisa Andrea Ketzer. O representante do Campus Macaé, João Luiz Mendes Wanderley. E a representante dos Antigos Alunos, Doris de Oliveira Araujo Cruz. Justificaram as ausências Julie de Araujo Pires (CLA), Anielia Improta França (CLA), José Jairo Vieira (CFCH), Cláudia Pinto Figueiredo (CCS), Celio Albano da Costa Neto (CT), Paulo Henrique de Souza Picciani (CT), Eliane Guedes (FCC), Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho (FCC). A Presidente do CEPG deu início à Sessão com saudações aos presentes, solicitando a inversão da ordem dos pontos de pauta, o que foi aprovado por unanimidade. Iniciou-se com o **Expediente 1.1-** Procedeu à leitura de uma nota encaminhada pela PR2, manifestando preocupação com os cortes orçamentários recentes impostos às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e às agências de fomento à pesquisa, como CAPES, CNPq e FINEP. Enfatizou que tais bloqueios comprometem a sustentabilidade das atividades científicas e acadêmicas, impactando diretamente na formação de recursos humanos e na produção de conhecimento. Lembrou que mais de 90% da produção científica do país é realizada em instituições públicas, reiterando que a defesa dessas universidades é compromisso de todos os membros da comunidade acadêmica. A Presidente leu ainda um trecho redigido pela Superintendente Ariane Roder, no qual se expressa profunda consternação diante da conjuntura crítica que afeta a educação superior pública brasileira. **1.2-** A seguir, a Presidente informou sobre a publicação de edital do Parque Tecnológico da UFRJ, destinado à seleção de projetos nas áreas de sustentabilidade. Serão destinados R\$ 1.350.000,00 para financiamento de dezesseis propostas, com valores de R\$ 80.000,00 por projeto. As iniciativas devem estar alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para os ODS 6 (Água Potável e Saneamento), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). O edital já se encontrava disponível no site institucional do Parque. **1.3-** Dando continuidade ao expediente, a Conselheira Natália Trindade fez uso da palavra para agradecer o apoio institucional da PR2 e da ADUFRJ, que possibilitou a sua participação, juntamente com o Secretário-Geral da APG, Paulo Holanda, no 28º Congresso Nacional de Pós-Graduandos.

Relatou que o evento foi relevante para reafirmar o compromisso da UFRJ com a democratização da ciência, especialmente ao destacar conquistas como a institucionalização das ações afirmativas e a resolução da cotutela nacional, propostas pioneiras da UFRJ. Informou que Vinícius Soares, residente da área da saúde e defensor das ações afirmativas, foi eleito como novo presidente da ANPG. Ressaltou o papel da interdisciplinaridade na superação das fronteiras disciplinares e na construção de uma universidade mais inclusiva, integrada e socialmente engajada. **1.3.1-** A Conselheira destacou a evasão de estudantes da pós-graduação em função da ausência de bolsas e de políticas de permanência, defendendo a inclusão dos pós-graduandos no orçamento da universidade. Apontou a necessidade de dados concretos sobre a realidade discente e propôs a realização de um censo da pós-graduação. Inspirada no plano emergencial “Aloísio Teixeira”, sugeriu a elaboração de estratégias institucionais que enfrentem a atual crise orçamentária com planejamento e clareza de propósito. **1.3.2-** A Presidente Denise Freire agradeceu a manifestação e relatou preocupação com a evasão de pós-doutores para o exterior. Considerou esse movimento como uma fuga de cérebros e perda de investimento público, dado que os formandos passaram por todo o sistema público de saúde e educação. Informou ter iniciado tratativas com a FIRJAN visando articulações para reverter esse cenário por meio de parcerias que promovam empregabilidade e retenção de talentos. **1.3.3-** A Conselheira Natália Trindade propôs o convite ao Professor Odir Dellagostin, presidente da CONFAP, que coordena estudos relevantes sobre o impacto das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. A Presidente manifestou concordância, elogiou o trabalho do professor e comprometeu-se com o convite. Sem mais inscritos, passou-se a **Ordem do dia. 2.1- Editais de Professor Visitante (PV) e Professor Visitante Sênior (PVS).** A apresentação foi conduzida pela Conselheira Kátia Bloch, da CCDP, que iniciou com a leitura do Edital PV, destacando os artigos 1º e 2º, ambos aprovados sem objeções. Ao abordar o artigo 3º, item III, ressaltou o papel dos conselheiros do CEPG na indicação e avaliação como pareceristas ad hoc. Em seguida, apresentou o quadro de critérios e escala de pontuação, destacando a inclusão das ações de extensão como elemento de avaliação. **2.1.1-** O Conselheiro João Luiz Mendes ponderou sobre a distribuição da pontuação atribuída à extensão, sugerindo revisão quanto à equivalência entre graduação e extensão. **2.1.2-** A Conselheira Natália Trindade defendeu a importância de creditar ações de extensão na pós-graduação, reiterando que a sua inclusão em editais contribui para a valorização dessas atividades pelos discentes. **2.1.2.1-** A Presidente Denise Freire reforçou que a extensão, principalmente em tempos de negacionismo, é um instrumento fundamental de diálogo entre a ciência e a sociedade. **2.1.2.2-** A Conselheira Juliany Fernandes, relatou resistência de parte do corpo docente à extensão, apesar de ser critério obrigatório para progressão na carreira. Informou que, na discussão da nova matriz orçamentária junto à PR3, a extensão ganhará peso equivalente ao ensino e à pesquisa. **2.1.2.3-** A Conselheira Verônica Calado contrapôs a equivalência sugerida, argumentando que a atuação do pesquisador visitante deve priorizar ensino e pesquisa, enquanto a extensão deve ser considerada em menor proporção. **2.1.3-** A Superintendente Ariane Roder sugeriu a inclusão de pontuação referente à internacionalização, ressaltando que a atuação em redes internacionais de pesquisa deve ser estimulada e avaliada. **2.1.3.1-** A Presidente Denise Freire concordou, lembrando as metas do programa PRINT da CAPES, e propôs a integração dos três eixos — ensino, pesquisa e extensão — com atribuição de 10 pontos à atuação integrada. Sugeriu ainda que fosse explicitado no edital que a internacionalização seria critério relevante. **2.1.3.2-** O Conselheiro Fabrício Lopes propôs subdivisão do critério de linha de pesquisa para contemplar a atuação internacional. As sugestões foram acolhidas e consensuadas.

**2.1.4-** A Conselheira Kátia Bloch prosseguiu com a leitura dos artigos restantes, incluindo o cronograma e o formulário de inscrição. **2.1.4.1-**A Conselheira Ethel Pinheiro questionou a definição das datas, sendo acordado que seriam consolidadas até a semana seguinte. A Presidente informou que a aprovação seria formalizada por e-mail. **2.1.5-**Na sequência, foi apresentado o Edital PVS, com as principais diferenças em relação ao PV. **2.1.6-**O Conselheiro Fabrício Leal esclareceu que os pareceristas ad hoc receberiam um questionário e atribuiriam pontuação por item, com recomendação automática gerada pelo sistema: “não recomendado” (até 9 pontos), “recomendado com ressalvas” (10–19), “recomendado” (20–24) e “recomendado com destaque” (25). **2.1.6.1-**A Conselheira Verônica Calado sugeriu que fosse mantido o modelo de parecer qualitativo semelhante ao do CNPq. O Conselheiro João Luiz explicou que o novo modelo já contempla essa dimensão de forma automatizada. **2.1.7-** A Presidente da Sessão informou que, conforme tratado com a PR4, o Edital PV reservará 20% das vagas para ações afirmativas, com sorteio. No PVS, por ser de indicação direta, não haverá reserva. Solicitou a inclusão de nota explicativa sobre essa diferenciação na publicação do edital. Passou-se então ao segundo ponto de pauta: **2.2- *Aprovação da Instrução Normativa sobre Ações Afirmativas.*** A Conselheira Juliana Beatriz apresentou o texto, esclarecendo que se trata de instrumento complementar à Resolução vigente, com redação clara e objetiva. **2.2.1-** A Conselheira Kátia Bloch sugeriu revisão do trecho que menciona “candidatas mães”, propondo a substituição por “preceptores”, contemplando arranjos familiares diversos, inclusive uniões homoafetivas. **2.2.1.1-**A Conselheira Ethel Pinheiro alertou que o dispositivo trata de condições fisiológicas associadas à lactação, mas admitiu que o termo “preceptor” pode ser mais adequado para incluir situações específicas. **2.2.1.2-** A Conselheira Doris Cruz corroborou a proposta, reforçando a necessidade de reconhecer configurações familiares diversas. O termo “preceptores” foi consensuado. **2.2.2-** Durante a leitura da tabela de classificação e dos critérios de avaliação da política, surgiram preocupações quanto à coleta de dados sensíveis, especialmente de renda, cor/raça e deficiência. **2.2.2.1-**A Presidente Denise Freire demonstrou receio quanto à implicação jurídica de se exigir comprovações, especialmente à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O Conselheiro Fabrício propôs redação genérica que transfira a responsabilidade da aferição ao programa. **2.2.3-** A Conselheira Juliany Rodrigues advertiu sobre a necessidade de capacitação técnica para aplicar instrumentos socioeconômicos, defendendo que a PR7 seja envolvida nesse processo. A Superintendente Ariane Roder alertou que, sem sistematização central, os dados poderiam se tornar inúteis ou inconsistentes, propondo o uso de ferramentas como REDCap e eventual submissão ao Comitê de Ética. **2.2.4-** O representante da Diretoria de Acessibilidade (DIRAC), Pedro, propôs a substituição do termo “deficiência mental” por “deficiência intelectual” e a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas ações afirmativas, em consonância com a Lei Brasileira da Inclusão. Defendeu políticas indutoras que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito desses estudantes. **2.2.5-** Ao final, foram discutidos os momentos ideais para a coleta dos dados (durante a matrícula ou inscrição em disciplinas), a forma de consolidação e a responsabilidade institucional por formular o instrumento padrão. **2.2.6-** A Presidente da Sessão propôs articulação entre CEPG, PR2 e PR7 para definição conjunta da metodologia e adiou a deliberação final da Instrução Normativa para a próxima Sessão. Não havendo mais discussões, a Sessão foi encerrada às 12h29. Para constar, eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pela Presidente da Sessão, Professora Denise Maria Guimarães Freire, e por mim.

138 Adriene Campelo do Amaral  
139 Secretária

Denise Maria Guimarães Freire  
Presidente